

A HISTÓRIA DA FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO ENTRE AS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA AO LONGO DO SÉCULO XIX

Ana Carla Menezes de Oliveira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia-Campus São Cristóvão
e-mail: prof.carla.menezes@gmail.com

Resumo

A feminização do magistério não é um fenômeno novo e tem se manifestado em todo o mundo ocidental, porém através de um balanço da historiografia da educação nos permite afirmar que o referido tema constitui um campo ainda incipiente de pesquisa no Brasil e em outros países, desta forma surge a necessidade de se investigar as razões históricas da constituição do magistério como profissão feminina no ensino público e privado. O desafio deste artigo de desvelar parte dessa história nasce do nosso estranhamento e perplexidade diante do fato de que a mulher aparece de forma dominante, na profissão de professora da escola elementar, sendo no entanto, contraditório, pois é quase invisível nas reconstruções historiográficas. Para responder estas questões, o referido trabalho adotará a metodologia da investigação através de informações de mestras, fontes documentais escritas (autobiografias, relatórios, ofícios, cartas, livros de registros de diplomas de normalistas, discursos de paraninfos) e a compilação de dados encontrados nos arquivos público e biblioteca pública. Nessa perspectiva, a trajetória histórica retomada a seguir não tem pretensões de adotar uma postura interpretativa de como e porque se deu esse processo ao longo do século XIX, mas sim de que forma este foi desenvolvendo-se, sem incorrer, no entanto, numa narrativa apenas factual, mas buscando estabelecer liames com os posicionamentos sociais, políticos e educacionais dos agentes envolvidos, e tendo como diretriz a educação feminina e a influência da religião católica, os cursos de formação de professor e a feminização do magistério como decorrência dessa totalidade.

Palavras-Chave: Feminização. Magistério feminino. políticas públicas

INTRODUÇÃO

A partir das idéias citadas pela maioria dos intelectuais masculinos ao longo dos séculos e que tão fortemente impregnaram os padrões europeus a respeito da educação feminina, construíram-se as bases da educação da mulher brasileira as quais influenciaram nossa cultura por vários séculos.

Em meados do século XVI, na metrópole a educação da mulher era vista com descaso e como desnecessária no que se refere ao campo cultural

Essa mentalidade é a mesma que se impõe às mulheres brasileiras no período colonial, poucas mulheres vieram ao Brasil no início da colonização. A primeira mulher branca de que se tem notícia chegou ao Brasil em 1534. posteriormente vieram outras sobre as quais Alcântara Machado escreve: ã... Acostumada à sujeição e à obediência, a mulher, pupila eterna do homem, não muda de condição ao passar do poder do pai para

o poder do marido ... Vive enclausurada em meio das mucamas, sentada no seu estrado, a coser, a lavar, a fazer renda e a rezar as orações: os bons costumes em que se resume a sua educação. (THOMÉ, 1968, p. 44)

Consideramos relevante destacar aqui a mentalidade dos nossos índios que foram os primeiros a reivindicar a instrução feminina ao Padre Manoel da Nóbrega, pedindo que ensinasse suas mulheres a ler e escrever, como aponta Ribeiro:

O indígena considerava a mulher uma companheira, não encontrando razão para as diferenças de oportunidades educacionais. Não viam, como os brancos os preveniam, o perigo que pudesse representar o fato de suas mulheres serem alfabetizadas. Condená-las ao analfabetismo e a ignorância lhes parecia uma idéia absurda. Isto por que o trabalho e o prazer do homem, como o da mulher indígena era considerados equitativos e também socialmente úteis. (2000, p. 80)

Essa iniciativa constituiu-se numa idéia inédita e original para Nóbrega, Tomás de numa relação essencial entre o índio e o outro, fato que fica pouco evidenciado na relação entre os homens cultos e brancos que instituíram padrões de modelos de comportamento para a época.

E notório que, desde os tempos coloniais, as influências das instituições sociais e o código de valores e de comportamentos trazidos da Europa, marcaram a vida e a postura da mulher brasileira atrelada a aceitação da sua permanência no interior do domicílio. Entretanto Souza e para os outros homens formadores na mentalidade da Europa Medieval que vedavam ao sexo feminino qualquer instrução além da doutrina cristã e das artes domésticas.

Os mesmos índios que a sociedade complexa considera selvagens e desvaloriza sua cultura, deram-nos na história da educação feminina, um belo exemplo de valorização da mulher, na simplicidade natural de sua forma de ver o mundo, entretanto numa visão isenta de preconceitos não estabelecendo diferenças ou tratamentos desiguais, nos estudos de Ribeiro, evidenciam-se as qualidades inatas (porém sufocadas) das mulheres como uma força oculta no interior de cada uma que é colocada à mostra no momento que se faz necessário.

Entende-se que administrar uma Capitania numa terra estranha, inóspita e repleta de dificuldades foi um grande desafio àquelas mulheres consideradas frágeis e educadas para a passividade, para o silêncio e para submissão, atributos que caíam por terra no momento em que as circunstâncias exigiam uma presença decisiva no campo da

atuação administrativa. Ainda que desprovidas de instrução, demonstraram serem fortes o suficiente para resolver os problemas surgidos, fora do espaço doméstico.

A ausência da sociedade da época, pela preocupação com a educação da mulher, denotam as relações de poder a que estavam submetidas tendo sido expostas à enganação e à exploração por não saberem ler e escrever. Muitas foram espoliadas e roubadas pelos homens da família, por meio de falsificação de documentos, mostrando que os interesses econômicos estavam acima da dignidade e do respeito à mulher.

Fica muito clara a ausência de liberdade de escolha por parte das mulheres, tratadas como seres desiguais servindo a propósitos da coroa e da sua política demográfica, bem como a manutenção da mentalidade de mantê-las no lar, o qual era o seu mundo próprio com a função de procriar.

Chegamos ao século XIX, 1808, sem que ocorressem muitas mudanças com a chegada da Família Real, e as inovações culturais feitas por Dom João VI, as quais não provocaram de imediatas alterações sobre a educação feminina, numa dimensão ampla. São criadas algumas õ... escolas leigas para as meninas da elite e são contratadas preceptoras de Portugal, da França e, posteriormente, da Alemanha para educá-las em casa.ö (ARANHA, 1994, p. 85). Para essas moças, pertencentes a grupos sociais privilegiados, os conhecimentos que se procurava transmitir estavam ligados ao ensino da leitura, escrita, doutrina cristã e noções básicas da matemática.

Entretanto, a preocupação maior era o desenvolvimento para as habilidades artísticas nos trabalhos manuais e no envolvimento com a organização da casa e cuidados com o marido, ou seja, a preparação para ser esposa e mãe dedicadas que ouvissem muito, falassem pouco e se, instruissem o mínimo necessário como ditava um famoso provérbio português: õuma mulher já é bastante instruída quando lê corretamente as suas orações e sabe escrever a receita da goiabada. Mais do que isto seria um perigo para o larö (CRAVO, 1973, p. 11)

Nesta condição nem os documentos da época, inventários e testamentos a mulher poderia assinar, necessitando pedir aos homens que por ela o fizessem õpor ser mulher e não saber lerö.

Em que pese à ideologia dominante na época sobre a educação das mulheres e sobre sua postura na família e sociedade, muitas ousaram romper os paradigmas estabelecidos buscando integrar-se em acontecimentos que a História nos mostra, influenciando e tomando parte em diversos momentos, ultrapassando assim do espaço doméstico para o público e vencendo barreiras que tolham suas iniciativas.

Vidal (1996), constata em seus estudos sobre a educação da mulher que bastava a mulher deter qualidades morais, honestidade e formação cristã e desta forma obter vaga para o ensino das primeiras letras às meninas, considerando que o mesmo ensino não incluía informações aritméticas superiores as quatro operações e que as professoras reproduziam na escola os conhecimentos adquiridos na vida prática.

Nesta perspectiva, percebe-se que a educação feminina no século XIX no Brasil ainda encontrava-se fortemente vinculada a mentalidade recebida da herança portuguesa, com os mesmos preconceitos e limites impostos pela política reinol, na qual o acesso a instrução ainda era considerado necessário apenas no sentido da preparação para o casamento, devendo constituir-se este, a maior aspiração da mulheres.

É nesse contexto histórico que é criada a escola normal no Brasil, na década de 30 a 40, do século XIX, em consequência do Ato Adicional de 1834. Os pretendentes a uma vaga na escola normal deveriam ser portadores de idoneidade moral como ponto mais relevante do que sua formação intelectual. Isto se evidencia no Art. 4º. da Lei da Criação da Escola Normal de Niterói, a primeira a iniciar suas atividades na década de 30, o qual determinava que ã... para ser admitido à matricula na Escola Normal requere-se: ser cidadão brasileiro, maior de 18 anos, com boa mozerização; e saber ler e escrever.õ (VILLELA, 2000, p. 106)

As escolas normais abrem novas possibilidades às mulheres solteiras, como forma de trabalhar por questão de sobrevivência para aquelas que não conseguiram se casar e assim não se tornar um peso para a sociedade. Além disso, o exercício do magistério era visto como prolongamento das funções maternas e por isso aceitável como profissão às mulheres. Agora as mulheres passam a ser necessárias, pois as classes deveriam ser da responsabilidade de senhoras %honestas+. Neste sentido a mulher passa a ser essencial na esfera pública e algumas ações que lhes eram pertinentes no espaço privado irão ampliar-se ao público pela sua ação educativa junto às crianças.

No século XIX, transformações econômicas e sociais tornaram as fronteiras entre o público e o privado menos dicotomizadas, mas persistiram as representações diferenciadas dos papéis masculinos e femininos na esfera pública. Para as mulheres do século XIX o público era o lugar onde se corria o risco de perder a virtude. Por isso, as mulheres ÷virtuosasø deveriam ser cuidadosas e discretas no gestual e na vestimenta com o intuito de não serem confundidas com uma ÷mulher públicaø³ Desta forma, para as mulheres, público e desgraça estavam associados. (RONCAGLIO, 1997, p. 66) .

As escolas femininas tinham a preocupação de desenvolver determinadas habilidades manuais com o objetivo de facilitar a entrada das meninas das classes populares no mercado de trabalho, a partir da aquisição de determinadas habilidades manuais coerentes com o que se concebia como atividades relacionadas à natureza da mulher. Essas habilidades deveriam estar vinculadas ao serviço doméstico, na qualidade de esposa ou mãe, de criada, ocupada em atender seus patrões, ou ainda, como operária da indústria têxtil, reproduzindo na fábrica, os costumes recebidos no espaço privado do lar.

Entretanto, é preciso reconhecer que a entrada feminina nas escolas normais imprimiu fortes possibilidades de acesso a instrução pública, favorecendo a abertura de um espaço profissional às mulheres. Espaço este, que foi conquistado, pela recusa das mulheres à desigualdade, a passividade e a inoperância a que estavam submetidas até então.

A feminização do magistério primário no Brasil aconteceu num momento em que o campo educacional se expandia em termos quantitativos. A mão de obra feminina na educação principiou a revelar-se necessária, tendo em vista, entre outras causas, os impedimentos morais dos professores educarem as meninas e a recusa a co-educação dos sexos, liderada pelo catolicismo conservador. (ALMEIDA, 1998, p. 64).

A inserção profissional das mulheres não ocorreu, entretanto sem os conflitos que são próprios das mudanças e do surgimento do novo. Resistências, críticas e concordâncias. Vozes se levantam para argumentar seu ponto de vista. Para alguns era difícil e até insensato aceitar que as mulheres consideradas habitualmente como portadoras de pouca competência intelectual ou racionalidade, como apregoava Kant, pudessem assumir a educação das crianças. Assim, o processo de feminização do magistério não foi uma concessão e sim uma conquista.

Por outro lado havia aqueles que entendiam que a mulher tinha por natureza facilidade e inclinação para o trato com as crianças e que o magistério deveria ser visto como natural e próprio a sua condição feminina, portanto, função adequada às mulheres. Neste contexto à mulher caberia então a responsabilidade da reprodução e a educação das futuras gerações o que não deixou de ser uma participação no campo do poder: Dessa forma, viabilizavam um cruzamento entre o público e o privado dentro das condições concretas apresentadas na época. Neste plano simbólico, talvez possa ter-se a explicação da grande popularidade do magistério entre as mulheres e, no plano objetivo,

a sua condição representada pela única opção possível para elas dentro do contexto social do período. (ALMEIDA, 1998, p. 69)

Entretanto esse pensamento de abertura de espaço para a mulher no mundo além do recinto doméstico foi contrariado por outras correntes de pensamento, cujos teóricos defendiam que a mulher deveria permanecer em seu espaço naturalmente doméstico sem participar das transformações que se operavam na sociedade.

Todavia a história mostra que na trajetória feminina da mulher brasileira, as responsabilidades da maternidade e a vida em família não foram suficientes para satisfazer os projetos de vida das mulheres. Somando-se a isso as transformações que ocorreram na sociedade no final do século XIX, como a redefinição de conceitos a nível político, pela ampliação dos direitos à cidadania, o nível econômico fez implodir no lar a necessidade de expansão profissional da mulher e no ideológico as mulheres conseguiram implantar um movimento que desafiou os componentes alterando os padrões do seu papel na família e tornando-as efetivamente participantes de todo o processo social e histórico da humanidade.

A feminização do magistério não é um fenômeno novo e tem se manifestado na maioria dos países ocidentais desde a segunda metade do século XIX. No entanto, um balanço da historiografia da educação permite afirmar que a abordagem desta temática com destaque nas categorias gênero e classe social constitui um campo de pesquisa recente, tanto no Brasil quanto em outros países.

No Brasil, a investigação dessa temática é ainda incipiente, embora o percentual de professores na escola elementar se aproxime de 100%, fato esse que nos instigou a pesquisar as bases desse processo. Estabelecemos como marco inicial de nossa investigação a constituição do sistema de instrução pública mineiro, no século XIX, mais precisamente o ano de 1834. A utilização de uma abordagem interdisciplinar nos permitiu investigar questões relacionadas aos processos de inserção e exclusão da mulher do mundo do trabalho, herança cultural, evolução sócio-econômica, estruturação do poder político e suas influências na construção dos sistemas de educação. A investigação proporcionou a compreensão dos mecanismos de poder que engendraram a (con)formação das identidades profissionais do ser professora e pretende contribuir na análise de questões presentes: contradições, conflitos e possíveis transformações.

O LUGAR DAS MULHERES NO CONTEXTO BRASILEIRO

O Brasil, até o século XIX, caracterizava-se como uma sociedade tipicamente agrária, onde a organização social era dividida em duas classes sociais básicas: senhores e escravos, nas quais as mulheres eram totalmente excluídas de qualquer ligação com a esfera pública. O domínio português impusera suas leis e costumes, quando da ocupação do território brasileiro.

Ao longo do século XIX, necessidades econômicas, políticas e sociais deram início a um processo de urbanização em várias regiões brasileiras. A instalação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, e a abertura dos portos pelo príncipe regente D. João VI foram fatores importantes para a intensificação da vida urbana. Aos proprietários de terras era exigida uma maior mobilização entre o campo e a cidade, juntamente com seus familiares e todo o seu séquito de escravos e empregados. Nas cidades, as famílias, embora mantivessem o poder de seu chefe inquestionável, quebravam seu isolamento.

Fora criado um alargamento do universo sócio cultural das famílias da classe dominante e um maior espaço de mobilização de suas mulheres. Por outro lado, as mulheres das camadas populares ganhavam o espaço público como trabalhadoras no comércio e nos serviços.⁶ Neste período o Brasil viu surgir, também, uma estratificação social mais complexa. A presença de uma camada intermediária tornou-se cada vez mais visível. Sua participação na vida social passou a ser ativa, não tanto pelas atividades produtoras a que estava ligada como a mineração, o artesanato, o pequeno comércio, a burocracia, mas sobretudo, como esclarece Sodré⁷, pelo envolvimento político. Esse processo de urbanização permitiu, também, a penetração de diferentes credos e ideologias filosóficas oriundas do continente europeu, onde a industrialização dos meios de produção se expandia a largos passos. O pensamento escolástico, originário de Portugal e até então hegemônico no Brasil, passara a sofrer oposição.

O continente europeu dava início a um amplo movimento sobre o novo papel social atribuído às mulheres. Quando a industrialização dos meios de produção se encontrava sedimentada e em expansão em várias regiões da Europa, na segunda metade do século XIX, a força de trabalho feminina não se fazia mais tão necessária aos donos do capital. Era necessário encontrar mecanismos sociais que restabelecessem os velhos valores da ideologia patriarcal fragilizados pelos interesses da produção e do lucro.

Eram fortes os motivos ideológicos e econômicos que apelavam para o trabalho compulsório de caridade das mulheres em países europeus: o avanço da revolução industrial, a transformação do modelo econômico mundial, a expansão do mercado capitalista, o movimento anti-escravagista, a presença de uma forte crise social e a necessidade de expansão de sistemas nacionais de educação. Apelos constantes começaram a ser feitos às mulheres, com destaque para os seus diferentes papéis familiares como filhas, irmãs, esposas e mães, enfatizando suas responsabilidades para com o bem estar de suas famílias e de suas pátrias.

No Brasil, no entanto, o quadro social era completamente diferente. Por que motivos, então, numa sociedade escravista e feudal, mal emersa da submissão colonial surgia uma discussão sobre a importância do papel feminino para o futuro da nação? Por que razões representantes de diferentes doutrinas filosóficas eram unânimes em dar destaque ao papel da mulher, numa sociedade fortemente marcada pela velha mentalidade patriarcal? Sob que circunstâncias os representantes oficiais começaram a manifestar suas preocupações para com a escolarização das meninas e das mulheres, tão negligenciada até aquele momento histórico?

RELAÇÕES DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE INSTRUÇÃO PÚBLICA .

Em 1827, foi sancionada a primeira lei que regulamentava a criação do ensino público e gratuito no Brasil. O Ato Adicional à Constituição do Império, datado de 1834, orientava a descentralização do sistema de instrução pública. Fora delegado às províncias o direito de regulamentar e promover a educação pública primária e secundária em seus territórios, até então sob a responsabilidade do governo central. Por força de suas condições históricas o sistema de instrução pública elementar no Brasil surgiu sob circunstâncias bastante desfavoráveis.

O regime político brasileiro, tendo suas bases de sustentação fortemente implantadas no poder local das províncias não conseguia organizar um sistema de ensino capaz de executar suas diretrizes culturais. Inexistia uma política educacional definida e unificada para toda a nação. Somado a tudo isto os representantes oficiais queixavam-se da falta de recursos que pudessem promover o desenvolvimento do sistema público de instrução. Este sistema de instrução assume desde as suas origens um caráter excludente, deixando à margem do direito à escolarização, a maioria de seus cidadãos.

A educação feminina era um privilégio das filhas da elite que aprendiam em casa com professores contratados, ou em escolas particulares dirigidas por estrangeiros ou congregações religiosas. O ensino destas meninas, no entanto, restringia-se à aprendizagem de canto, dança, francês e de algumas habilidades manuais conforme pesquisa de Leite¹¹. A leitura não era recomendada para as mulheres, a não ser para o uso dos livros de orações. Contudo, essa educação feminina de elite guardava uma enorme distância daquela recebida pelo sexo masculino: enquanto as meninas recebiam algum conhecimento que as tornassem aptas a circular na sociedade e a preparar-se para o papel social de esposas e mães, os filhos desta classe costumavam buscar seus conhecimentos nas fontes de cultura européia.

O MAGISTÉRIO PRIMÁRIO COMO OCUPAÇÃO MASCULINA

Embora o nível salarial dos professores fosse melhor do que o das professoras isto não significava que estes fossem profissionais valorizados pelo Estado. Afinal por que valorizar o profissional do ensino público, se o próprio ensino público não era valorizado?

De fato, o corpo de profissionais que integrava o sistema público de instrução, os mestres-escola, eram ex-profissionais autônomos que exerciam seu ofício livremente como professores particulares escolhidos e pagos pelos pais e frequentemente dotados de longa experiência na função de ensinar. Esses profissionais formados no próprio trabalho e respeitados pelos pais e comunidade foram passando à condição de empregados do Estado. As relações de trabalho tinham sido concretamente redefinidas numa nova organização do processo de trabalho, que passou a desprezar o saber do professor e a desvalorizar o seu trabalho, pagando baixos salários pelos serviços prestados. O governo não assumia o sistema de instrução pública como sua responsabilidade, transferindo para os professores a culpa de todos os seus insucessos.

Uma associação entre magistério primário e baixo prestígio profissional foi se instalando gradativamente, a ponto de ser visto como desonroso para o homem continuar atuando como profissional da escola elementar. A evasão de professores do sexo masculino do magistério primário público passou a ser fato usual.

Por outro lado, crescia no País o movimento republicano. Os republicanos sabiam que uma república estável se alicerça sobre a adesão e o consenso do povo, dos cidadãos. A ênfase na importância da instrução pública passou a ser constante nos discursos de campanha do Partido. Era salientada a necessidade de difusão do sistema de instrução pública elementar para eliminar as altas taxas de analfabetismo da nação.

PRIMEIROS APELOS À PARTICIPAÇÃO DA MULHER

Nas últimas décadas do século XIX, o magistério já começava a se delinear como possível campo de trabalho feminino. Embora a reponsabilidade das mulheres para com o cumprimento dos deveres de filhas esposas e mães se mantivesse como ponto de destaque no discurso oficial, o trabalho das mulheres não deveria aí se esgotar. A sociedade começava a se ressentir da exclusão das mulheres da esfera pública. Era necessário ampliar a escolarização feminina.

Era preciso buscar a superação do caótico quadro em que se encontrava a educação nacional. Era importante formar um corpo estável de profissionais, que não buscasse no salário o motivo de seu ofício. As mulheres vão sofrendo apelos das políticas públicas para substituírem os homens na oníbre missão de educar. Não é, entretanto, uma mudança puramente biológica. Ela se inscreve no campo do simbólico e vai impregnando o imaginário social feminino com o discurso da invocação. Na realidade, o que muda é o gênero do magistério reforçado pelos interesses hegemônicos que reforçam os estereótipos sociais sobre as relações de gênero e o caráter missionário do trabalho feminino na esfera pública. O discurso oficial enfatizava que ensinar crianças era um atributo feminino, era um trabalho para virtuosos, cujas ações deveriam se pautar no amor e não nas recompensas materiais. Representantes oficiais e militantes do partido republicano afirmavam ser o magistério uma profissão para vocacionados, devendo dela se afastar aqueles que não simbolizassem o amor ao trabalho de ensinar.

Em 1879 fora instituída a educação mista, onde meninos e meninas podiam frequentar uma mesma escola. Fora decretada, também, a equiparação salarial entre professores e professoras em nível nacional.

Os apelos ao trabalho das mulheres surgem como uma oportunidade de se alcançar o espaço público com aprovação social. Ser servidoras da pátria, como professoras, passava a ser uma possibilidade de comunicação com o espaço público com um nível de aprovação social, antes só concedida pelo casamento. Para um campo de trabalho abandonado, em que o contingente masculino de professores ia gradativamente se

esvaziando, eram as mulheres as substitutas ideais: virtuosas, econômicas, abnegadas e ainda mais, convocadas para o trabalho de ensinar. Outro ponto de destaque na fala do presidente da província é que as questões morais, antes justificadoras da separação dos sexos nas escolas, - e que tantas desvantagens traziam para a educação das meninas - não mais interessavam aos representantes do poder oficial. Se seriam as mulheres as professoras ideais da infância, a educação das meninas precisava ser incentivada.

AS MULHERES FRENTE AOS APELOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O incentivo à frequência das escolas normais partia do ideário das políticas públicas, que apelava para uma missão civilizatória e patriótica das mulheres como mães e educadoras. Por outro lado, a oportunidade de ter um maior acesso ao espaço público, quer frequentando as escolas normais, quer atuando como servidoras da pátria no sistema de ensino elementar, constituía uma nova possibilidade para as mulheres abrirem uma fresta nos estreitos limites que a ideologia patriarcal lhes impunha.

Numa época onde o controle do comportamento das mulheres era intenso, a continuidade dos estudos possibilitava a incorporação a um processo de socialização diferente dos estreitos limites da vida doméstica.

cultural do silêncio frente ao espaço público, quer pelo fato de carregarem consigo a tradição de trabalhadoras desprofissionalizadas.

A Primeira República, instaurada em 1889, é um período importante para a compreensão do processo de democratização do ensino no Brasil. O regime republicano instituiu a necessidade social da escola, e a educação popular adquire ênfase política como nunca tivera antes no País. Foi considerada, neste período, condição imprescindível para a cidadania, meio necessário para a consolidação da nova ordem social. Uma ampla discussão sobre a escolarização compulsória se instala e faz emergir a defesa de diferentes propostas pedagógicas para as diferentes classes sociais: aos privilegiados, uma formação mais geral e científica, visando o fortalecimento intelectual de uma elite projetada para a direção dos destinos da nação; ao povo, uma formação elementar disciplinadora, direcionada para o trabalho assalariado.

A sociedade brasileira que despontava com a República era mais complexa do que a recém-liberta sociedade escravocrata. Uma maior concentração urbana ia se estabelecendo, e novos estratos sociais emergiam, diversificando os interesses, origens e posições sociais da heterogênea composição social popular. Da escola esperavam que moldasse o cidadão-trabalhador.

O Brasil, um país que somava 67% de analfabetos em sua população, como registra o censo de 1890, e que indicava a quase ausência de um sistema público de ensino elementar, precisava ser no mínimo moralizado. O seu povo precisava ser òcivilizadoö, para melhor atender aos interesses dominantes, preparando-se para a disciplina do trabalho, quer no campo, quer nas zonas urbanas - onde acanhadamente começavam a despontar as primeiras indústrias. Somente uma cruzada civilizatória poderia dar conta desse processo. A idéia de que a mulher é elemento moralizador por excelência e o reconhecimento de que a educação da mulher seria de grande importância para a moralidade dos povos passa a intensificar-se no discurso oficial e a repercutir na sociedade. A velha mentalidade patriarcal começava a ceder espaço às filhas, frente aos apelos oficiais que se intensificavam. Afinal, o mundo capitalista precisava de braços adestrados para promover o seu desenvolvimento. E é em torno desse sistema, que vão somando-se inúmeras mulheres, originárias da classe média, que viam no magistério uma possibilidade de alcançar o espaço público com aprovação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A configuração histórica das relações de gênero e de suas implicações com a feminização do magistério na sociedade brasileira é um processo que ainda está em construção.

Esse estudo possibilitou perceber que a feminização do magistério na escola elementar está diretamente vinculada ao processo de construção do sistema de educação popular na sociedade brasileira. As insuficientes condições de trabalho e de salário, originárias do descaso do Estado para com o ensino público determinaram o afastamento dos professores do sexo masculino da escola elementar. As mulheres passaram, então, a ser convocadas pelas políticas públicas a ocupar este espaço de trabalho abandonado, que visavam muito mais a manutenção de princípios morais conservadores do que a profissionalização das mulheres-professoras.

A partir de um quadro de necessidades e interesses, distintas correntes de pensamento passaram a enfatizar as diferenças ònaturaisö entre os sexos e a influenciar todas as ações empreendidas na área educativa, reforçando os estereótipos sociais sobre as relações de gênero e o caráter missionário do trabalho feminino na esfera pública. A associação desses fatores ao caráter vocacional do trabalho da mulher foram sendo internalizados pelos vários segmentos sociais causando uma neutralização e desqualificação do trabalho feminino e caracterizando-o como um não-trabalho. As

condições concretas nas quais a prática docente ia acontecendo foram sendo encobertas, interferindo nas relações de trabalho e impedindo a construção de uma identidade profissional valorizada.

No entanto, além de se ressaltar a importância da história para o conhecimento das bases do processo de feminização do magistério é preciso, também, focalizar a importância da história para o entendimento dos eventos contemporâneos. A idealização profissional da professora da escola elementar, como um profissional vocacionado para a missão de ensinar não foi ainda abandonada. O momento exige voltar para a história e redefinir visões e teorias à luz da história das relações de gênero e de suas articulações com o processo educativo, buscando questionar os valores, os conhecimentos e os códigos dominantes. Faz-se necessário desconstruir os estereótipos e percepções homogeneizadoras, com vistas à modificação do futuro.

Pelo exame das questões referentes a inserção do segmento feminino no espaço público procurou-se identificar a problemática das relações sociais da época do Brasil Colônia e Imperio, mediatizadas por uma reflexão acerca da educação que as mulheres recebiam e pela discriminação e intolerância a que estavam submetidas. Pouco a pouco elas vão conseguindo alterar esse processo, revendo sua posição na esfera pública e privada, construindo uma nova identidade com vistas à promoção da figura feminina.

Homem ... mulher! Espaço público... e espaço privado! Dicotomias entre o masculino e o feminino? Diferenças que não devem ser vistas ou entendidas a partir da desigualdade e do desmerecimento de um ou de outro. É necessário que se veja, que se reconheça os valores e particularidades do que é próprio de cada sexo, percebendo isso como pontos positivos para uma vida em comum, amparada pelo respeito mútuo ao espaço de cada um.

Espaços públicos e espaços privados podem e devem ser ocupados por ambos os sexos numa relação de respeito às diferenças sem preconceitos e estereótipos como nos diz Marodin: igualdade não significa fazer as mesmas tarefas o importante é o sentido de reciprocidade onde se reconhecem que as respectivas contribuições tem valor e fazem parte de um equilíbrio. Assim a verdadeira igualdade entre homens e mulheres se faz pelo reconhecimento das diferenças e a consciência de sua complementaridade.